

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL****AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E
SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL****Superintendência de Abastecimento de Água e Esgoto**

Informação Técnica n.º 3/2021 - ADASA/SAE

Brasília-DF, 05 de maio de 2021.

Processo n. 00197-00000564/2018-11**Monitoramento da Decisão n. 278/2018 - TCDF****Superintendência de Abastecimento de Água e Esgoto - SAE**

Seguem nos itens abaixo os esclarecimentos desta Superintendência de Abastecimento de Água e Esgoto relativos aos apontamentos da Nota de Monitoramento nº 01 (59753660), recebida do Tribunal de Contas do Distrito Federal e repassada pelo Controle Interno/COI.

- **TELEMETRIA (ATENDIDA):** 1) Informações acerca de atualização e resultados do Plano de Ação determinado pela Decisão nº 278/2018, item IV.

"Item II.a.2 (Decisão nº 2.514/2016) — Determinar a Adasa e a Caesb que, de forma conjunta, realizem estudos de viabilidade com a finalidade de propor alterar a Lei n 4.383/2009, de forma a estipular a responsabilidade da Concessionária pelas medições individualizadas em todas as unidades residenciais, ressalvados os casos previstos na Lei n. 3.557/2005, quando seja comprovadamente inviável, técnica e economicamente, a instalação de hidrômetros individualizados, ou propor medidas que visem estimular o uso da fatura individualizada, de modo a contribuir para o uso racional da água. (Achado 2)"

Resposta:

Este item determinou a Adasa e a Caesb a realização de estudos de viabilidade com a finalidade de propor alteração da Lei n 4.383/2009, de forma a estipular a responsabilidade da Concessionária pelas medições individualizadas nas unidades residenciais ou propor medidas que visem estimular o uso da fatura individualizada, de modo a contribuir para o uso racional da água.

Em atendimento a esta determinação foi realizado estudo de projeto piloto de leitura remota por telemetria com objetivo de avaliar se estes sistemas seriam viáveis para implementação em condomínios verticais e horizontais, como mais uma forma de estimular o uso racional da água, além de medidas já adotadas.

A concessionária apresentou por meio da Nota Técnica GDOC n. 001/2021, de 23/03/2021, os resultados finais do projeto de telemetria no Condomínio Jardim das Mangabeiras, localizado no Setor Habitacional Jardins Mangueiral.

O projeto de Telemetria implantado permitiu a redução de custos com o processo de leitura manual dos hidrômetros e impressão de contas, o monitoramento contínuo do consumo das unidades possibilitando a identificação de vazamentos, consumos excessivos na unidade e auxílio no tratamento de reclamações dos usuários.

Mostrou, ainda, a necessidade de esclarecer o condomínio quanto à responsabilidade das partes envolvidas no processo, uma vez que é imprescindível o empenho dos administradores e síndicos

em verificar as instalações hidráulicas de responsabilidade do condomínio, seja das redes de distribuição internas ou das instalações das unidades usuárias.

Destacou-se também a importância de se estabelecer critérios técnicos para a instalação do sistema de telemetria nos condomínios, com informações que tratam tanto da área destinada a instalação dos equipamentos, quanto do software indicado para que os dados sejam recepcionados pela Companhia.

O estudo cumpriu o papel para o qual foi proposto, qual seja a proposição de mais uma alternativa de individualização para os condomínios verticais e horizontais, e adicionalmente demonstrou-se como excelente ferramenta para que os condomínios possam acompanhar o volume de água consumido e realizar a gestão desse consumo de forma consciente, visto que ele poderá monitorar seu consumo de forma contínua e receber alertas em caso de consumos registrados acima do normal.

Em relação a Resolução n. 15/2011, verificou-se que já existe previsão no normativo para que o condomínio opte pela leitura telemétrica, caso seja uma decisão dos condôminos, conforme Art. 11, inciso IV, não sendo necessária a alteração do texto da Resolução, mas somente a regulamentação que será efetuada pela concessionária a partir dos resultados dos estudos.

Em relação a medição individualizada, esta agência entende que a Resolução n. 15/2011, atende ao disposto na Lei n. 4.383/2009 que determinou à Adasa a sua regulamentação (Art. 8º), prevendo que o condomínio possa optar pelo modelo de hidrometração normatizado pela concessionária, ou por outro modelo tecnológico de hidrometração individualizada em que o serviço de leitura e rateio da fatura seja feito pelo próprio condomínio, seja ele telemétrico ou não. Neste caso, a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água em área interna do condomínio não poderia ser imposta pelo normativo da Adasa.

Dessa forma, concluiu-se pela adequação dos atuais normativos, quais sejam a Lei n. 4.383/2009 e a Resolução n. 15/2011, motivo pelo qual consideramos que a determinação contida na Decisão n. 278/2018, item II.a.2 está atendida.

- **REVISÃO DA RESOLUÇÃO N. 14/2011 – PRAZO VAZAMENTOS (ATENDIDA):** 3) Situação atual da revisão geral da Resolução nº 14/2011, referida no Ofício nº 231/2018-PRE/ADASA, fl. 7.

Resposta:

O Processo SEI n. 00197-00001985/2018, traz as alterações realizadas na [Resolução n. 14, de 27 de outubro de 2011](#) que estabelece as condições da prestação e utilização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Distrito Federal.

As alterações foram realizadas em virtude do disposto na Lei Distrital n. 5.618, de 03 de março de 2016. A nova redação da Resolução n. 14/2011 foi realizada por meio da Resolução n. 11, de 22 de maio de 2018, com a seguinte redação: *“Art. 29. O prestador de serviços deverá observar os prazos constantes do Anexo IV para execução dos serviços, respeitado o limite estabelecido no artigo 1º da Lei n. 5.618, de 03 de março de 2016, no caso de notificação de vazamento.”*

Além dessa revisão pontual, realizada em 2018, foi realizada revisão mais abrangente da Resolução n. 14/2011 citada no item 30 do Ofício n. 231/2018, a qual entrou em vigor no dia 01/06/2020, por meio das Resoluções n. 12/2019 e 16/2019.

Dessa forma, considera-se que a determinação contida na Decisão n. 278/2018, referente a revisão pontual e geral da Resolução n. 14/2011, no nosso entendimento, foi atendida por meio das Resoluções n. 11/2018, 12/2019 e 16/2019.

- **PLANO DIRETOR DE ÁGUAS E ESGOTO (ATENDIDA):** 4) Situação atual da revisão do Plano Diretor de Águas e Esgoto do Distrito Federal (**Decisão nº 2514/2016, item II.c.2**)

"Item II.c.2 (Decisão nº 2.514/2016) — determinar à Adasa que acompanhe a revisão do Plano Diretor de Águas e Esgoto do Distrito Federal a ser conduzido

pela Caesb (Achado 5)."

Resposta:

O Plano Diretor de Água e Esgoto do Distrito Federal - PDAD/DF ([38235165](#)) foi revisado pela Caesb durante o ano de 2019 e encaminhado a esta agência em abril/2020, conforme consta no processo SEI/GDF n. 00197-00001114/2020-60.

Este PDAD atualiza as informações do PDSB/2017 e o complementa com dados e informações relevantes, dentro do cenário atual. Também recomenda estudos e ações necessárias para situações e problemas identificados no decorrer da implementação do Plano de Saneamento.

Dessa forma, considera-se que a determinação contida no cronograma de ações da Decisão n. 278/2018, item II.c.2, para acompanhamento, por esta agência, da atualização do Plano Diretor de Água e Esgoto do DF, no nosso entendimento, foi atendida.

- **PRAZO CONSERTO VAZAMENTOS DE ÁGUA (ATENDIDA): 6)** Informações atualizadas acerca do "Plano de ação para implementação e sistematização dos prazos de serviços de conserto de vazamento", tendo em vista que sua conclusão estava prevista para novembro de 2018 (**Decisão nº 278/2018, item v.a) – COFA**

Item V, a (Decisão nº 278/2018) — determinar a: Adasa que a luz do princípio da legalidade, a que se submete a Administração Pública, adapte a Resolução n. 14/11- Adasa ao estipulado na Lei no 5. 618/16, deixando de aplicar, desde já, os dispositivos de resolução que contrariam o fixado em lei stricto sensu.

Resposta:

O Processo SEI nº. 00197-00001985/2018, traz as alterações realizadas na [Resolução nº 014, de 27 de outubro de 2011](#) que estabelece as condições da prestação e utilização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Distrito Federal.

As alterações foram realizadas em virtude do disposto na Lei Distrital nº 5.618, de 03 de março de 2016. A nova redação na Resolução nº 14/2011 foi realizada por meio da Resolução nº 011, de 22 de maio de 2018, com a seguinte redação: "Art. 29. O prestador de serviços deverá observar os prazos constantes do Anexo IV para execução dos serviços, respeitado o limite estabelecido no artigo 1º da Lei nº 5.618, de 03 de março de 2016, no caso de notificação de vazamento."

"§1º O prestador de serviços deverá dispor do pronto atendimento durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, para atender os casos de emergência e os serviços de reparo de vazamentos".

Ressalte-se que o acompanhamento do controle dos prazos de vazamento vem sendo sistematicamente acompanhado e discutido por meio do Processo SEI/GDF 00197-00004238/2019-63, conforme determina o Item V, b, da Decisão n. 278/2018. Conforme Plano de Fiscalização de 2021 da Adasa/SAE esta previsto a elaboração de novo relatório de monitoramento para junho de 2021.

Dessa forma, considera-se que a determinação contida no cronograma de ações da Decisão n. 278/2018, item II.c.1, para realização de estudos com a finalidade de adequação da Resolução n. 14/2011 ao estabelecido na Lei 5.618/2016, no nosso entendimento, foi atendida.

- **PERDAS DE ÁGUA (ATENDIDA): 7)** Informações complementares acerca de providências tomadas visando ao cumprimento dos índices máximos de perda de água, em especial os resultados da Avaliação de Desempenho da Prestação de Serviços da CAESB (**Decisão nº 278/2018, item v.c)**

"Item V, c (Decisão nº 278/2018) — determinar a Adasa que adote providências diante do reiterado descumprimento pela Caesb dos percentuais máximos de

perdas de água."

Resposta:

Tendo em vista que a melhoria dos índices de perdas na distribuição depende de ações concretas por parte da prestadora, esta Superintendência tem realizado a fiscalização e acompanhamento do Programa de Redução de Perdas implementado pela Caesb dentro do Programa BID de investimentos. Este programa prioriza as seguintes ações: **MELHORIA NO CADASTRO TÉCNICO; PROJETO DE TELEMETRIA; MELHORIA DO PARQUE DE HIDRÔMETROS; MODERNIZAÇÃO DA MICROMEDIÇÃO; MELHORIA DO PARQUE DE MACROMEDIÇÃO; PROJETO DE SETORIZAÇÃO; SISTEMA DE BALANÇO HÍDRICO.**

Este acompanhamento tem sido realizado no âmbito do Processo SEI/GDF n. 00197-00002697/2018-21 no qual consta as seguintes ações:

- envio de relatórios semestrais pela prestadora sobre o andamento das ações do programa de perdas;
- reuniões pontuais para esclarecimentos de dúvidas em relação as ações propostas;
- emissão de relatórios de fiscalização para consolidação das ações de acompanhamento.

Em relação ao não atingimento das metas de perdas estabelecidas pela Adasa na Resolução n. 08/2016 e redefinidas pelo Plano Distrital de Saneamento Básico (Lei n. 6.454/2019) destaca-se que esta agência adota o modelo de regulação por incentivos. Neste modelo, está previsto um fator de produtividade (Fator X) a ser calculado nas revisões tarifárias a cada quatro anos. Na metodologia da 3ª Revisão Tarifária Periódica, além dos fatores XO, de eficiência operacional e XQ, de qualidade, a Adasa adotou o Fator X de eficiência hídrica (Fator XH), que incentiva a concessionária a cumprir metas de perdas reais e aparentes, separadamente. O Fator X é um percentual acrescido ou subtraído do Índice de reajuste (IrB) anual, a depender do alcance ou não das metas.

Dessa forma, considera-se que a determinação contida na Decisão n. 278/2018, item V. c, recomendando que a Adasa adote providências diante do reiterado descumprimento pela Caesb dos percentuais máximos de perdas de água está, no nosso entendimento, atendida, tendo em vista:

(i) existe previsão metodologia para punição da concessionária, no caso do descumprimento das metas;

(ii) esta agência tem realizado acompanhamento sistemático e fiscalização das ações efetuadas pela concessionária, visando que esta alcance as metas estabelecidas e, caso não alcance, será penalizada financeiramente.

- **MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO A USUÁRIOS (ATENDIDA):** 8) Resultado dos estudos prévios referidos no Ofício nº 231/2018-PRE/ADASA acerca da eventual implementação de medidas de compensação aos usuários nos casos de descumprimento dos prazos de atendimento pela CAESB (**Decisão nº 278/2018, item VI**)

"Item VI (Decisão nº 278/2018) — recomendar à Adasa que avalie a possibilidade de criar medidas de compensação aos usuários nos casos do descumprimento dos prazos do atendimento determinados pela Agência e em Leis que tratam da matéria, de forma semelhante ao previsto no art. 151 da Resolução Normativa n. 414/10-ANEEL".

Resposta:

O Art. 151 da Resolução Normativa n. 414/10-ANEEL estabelece que *"o não cumprimento dos prazos regulamentares para os padrões de atendimento comercial definidos no art. 148 obriga a distribuidora a calcular e efetuar crédito ao consumidor, em sua fatura de energia elétrica, em até dois meses após o mês de apuração"* conforme equação definida na norma.

O estudo preliminar demonstrou que a compensação financeira aos usuários por descumprimento de prazo não é uma prática comum no setor de saneamento. Em relação aos normativos da Adasa existe dispositivo na [Resolução nº 014, de 27 de outubro de 2011](#) que traz a compensação financeira ao usuário no caso de descumprimento do prazo do serviço de religação, *in verbis*:

"Art. 129. Havendo o descumprimento do prazo para religação, o usuário terá direito a receber na fatura subsequente desconto em volume correspondente a 20% (vinte por cento) do consumo médio, sem prejuízo de eventual indenização."

O dispositivo da Aneel é mais amplo em relação aos casos de descumprimento de prazo que gerariam compensação ao usuário. Nesse sentido, parece ser, a princípio, uma ação possível de ser implementada após os devidos estudos de impacto regulatório, especialmente o impacto no equilíbrio econômico-financeiro provocado pela medida.

Destaca-se, porém, que existem estudos em andamento que também objetivam melhorar a prestação dos serviços aos usuários, com destaque para os seguintes: (i) instituição de Resolução sobre Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PDI; (ii) instituição de Resolução com Diretrizes RAC e AAP não residenciais; (iii) revisão da Resolução n. 188/2006 - Aplicação de penalidades; (iv) projetos de Diagnóstico do Saneamento Rural. Dessa forma, a realização de estudo de AIR sobre a tema da compensação financeira será, em momento oportuno, submetida a estudos de análise de impacto regulatório.

Dessa forma, considera-se que a determinação contida na Decisão n. 278/2018, item IV, recomendando a realização de estudos prévios acerca da eventual implementação de medidas de compensação aos usuários nos casos de descumprimento dos prazos de atendimento pela Caesb está, no nosso entendimento, atendida.

ROSSANA SANTOS DE CASTRO
Coordenadora de Fiscalização - COFA

LEANDRO ANTONIO DINIZ OLIVEIRA
Regulador de Serviços Públicos

De acordo,

RAFAEL MACHADO MELLO
Superintendente de Abastecimento de Água e Esgoto



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL MACHADO MELLO - Matr.0127459-7, Superintendente de Abastecimento de Água e Esgoto da ADASA**, em 14/05/2021, às 17:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=61284706)
verificador= **61284706** código CRC= **72B67AD2**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor Ferroviário - Parque Ferroviário de Brasília - Estação Rodoferroviária - Sobreloja - Ala Norte - Bairro SAIN - CEP 70631-900 - DF

00197-00000564/2018-11

Doc. SEI/GDF 61284706

Criado por [leandro.oliveira](#), versão 12 por [rossana.castro](#) em 14/05/2021 16:42:54.